

EDITORIAL

A 8^ª Conferência Nacional de Saúde convocada pelo Presidente José Sarney reuniu-se de 17 a 21 de março de 1986 em Brasília e ao contrário das outras que a antecederam, apresentou algumas relevantes inovações. Por ter sido convocada por um presidente civil, ocorrendo dentro de um regime que se pretende democrático e por preceder a Assembléia Nacional Constituinte terminou por revelar um clima de participação política e vontade de mudança por parte de seus 4.000 participantes.

Ao contrário das outras que ocorreram em ambientes fechados e cujos convites eram nominais e intransferíveis, esta 8^ª Conferência foi resultado de inúmeras pré-conferências que aconteceram em todos os Estados brasileiros e mesmo em alguns municípios. Esta estratégia possibilitou a discussão ascendente dos problemas prioritários para a saúde da população bem como das dificuldades referentes aos prestadores de serviços.

Pode-se afirmar que houve um chamamento da sociedade civil brasileira para o pensar a saúde. Tal evento contribuiu para conscientizar a população de seus direitos e convocá-la para propor sugestões e participar na resolução de seus problemas.

Os três temas que nortearam as discussões prestaram-se para profundas reflexões e muitos questionamentos diante do quadro conjuntural do país.

O primeiro tema "Saúde como direito do cidadão e dever do Estado" foi, de todos, o que estimulou maior debate em torno dos conceitos de qualidade de vida, saúde, doença e morte para a população brasileira. Este tema propiciou o encaminhamento progressivo dos debates subseqüentes que culminaram nas discussões do segundo tema oficial que foi a reformulação do Sistema Nacional de Saúde ou a Reforma Sanitária necessária a ser proposta frente a Constituinte.

Este segundo tema gerou muita polêmica fazendo crescer dois polos principais de interesse entre os participantes: um que defendia a estatização total e outro que postulava a estatização progressiva dos serviços de saúde.

O atendimento aos principais problemas de saúde da população se mostra numa triste situação, conhecida a multiplicidade de ações que são desenvolvidas por mais de uma centena de instituições do setor saúde com baixíssima eficiência e efetividade e altos custos.

A participação de líderes sindicais, representantes de associações comunitárias, representantes de classes trabalhadoras da indústria, comércio, meio rural, professores, partidos políticos e outros movimentos populares culminaram na proposição da estatização dos serviços de saúde no Brasil e a necessidade urgente de efetuar-se uma verdadeira reforma sanitária que permita o surgimento de um sistema unificado de saúde.

O terceiro tema enfocou o financiamento do setor saúde onde se propôs a constituição de um fundo único a nível federal e cuja distribuição não leve em consideração apenas o contingente populacional de cada região e sua arrecadação fiscal mas também as condições de vida e saúde locais promovendo a equidade na distribuição dos recursos financeiros. Discutiu-se também que o setor saúde precisa garantir uma participação de 12% do orçamento da União.

O objetivo da 8ª Conferência Nacional de Saúde foi consolidar a política da Nova República para o setor saúde, ou seja, ser uma pré-constituente para a saúde.

A ampla divulgação pela grande imprensa desde a fase das pré-conferências preparatórias até o evento em Brasília coroou a 8ª Conferência Nacional de Saúde como a maior de todas as conferências em termos de participação popular, teor político e oportunidade ao livre debate consolidando mais uma conquista da população brasileira rumo a melhores condições de vida e saúde pela via democrática.

M. A. FEIX